

Nova Bíblia Pastoral, São Paulo, 2014, Ed. Paulus, 13,7 x 21cm, 1.544 p.

*Ney Brasil Pereira**

Após alguns anos de expectativa, saiu, com data de 25 de janeiro, festa da conversão do apóstolo Paulo, a “Nova Bíblia Pastoral”, da Paulus. É um acontecimento editorial certamente relevante, preparado com carinho e competência, por uma equipe respeitável de peritos. Como explica a “Apresentação”, assinada pela própria Editora, “mais de vinte anos após a publicação da ‘*Bíblia Sagrada – Edição Pastoral*’, tão difundida em todo o Brasil, a PAULUS Editora apresenta ao público uma **nova edição**, denominada simplesmente ‘Nova Bíblia Pastoral’. Não se trata de simples revisão da edição anterior. Temos aqui uma nova edição: nova tradução, com novas introduções e notas, que procuram responder ao caminho percorrido pelas comunidades nas últimas décadas”.

A “equipe respeitável” de que falo é numerosa, sob a direção editorial e revisão exegética de Paulo Bazaglia. A maior parte dos livros foram traduzidos por Luiz Gonzaga do Prado, Paulo Bazaglia, e Pedro Lima Vasconcelos. As introduções e notas se devem a nada menos que onze autores, boa parte delas sendo revisadas conjuntamente. A revisão literária é de José Dias Goulart. As ilustrações, preciosas, a cada livro (!), além da capa, se devem a Cláudio Pastro.

Quanto à tradução, que mantém a opção do tratamento de terceira pessoa – *você, vocês* – exceto para os textos dirigidos diretamente a Deus, observa-se que “procura ser a mais simples possível, sem no entanto descuidar de elementos importantes do texto original, como termos que não são tão fáceis de entender, mas que são explicados em notas”.

Outras características: Além das introduções gerais, preciosas, p. ex., à “formação do Antigo Testamento” (pp. 9-18) e ao “mundo do Novo Testamento” (pp. 1.177-1.185), temos uma introdução a cada livro, com

* O recensor é Mestre em Ciências Bíblicas e Professor na FACASC/ITESC em Florianópolis, SC.



sua chave de leitura e os elementos essenciais para a sua interpretação. Quanto às notas, não são de cunho crítico, mas “pastoral”, estimulando a reflexão e aplicação do texto bíblico à realidade, chamando a atenção para a sua dimensão social.

Quanto ao nome próprio de Deus, esta “Nova Pastoral” mantém a opção da edição anterior – **Javé** – apesar dos sérios problemas que esta opção tem levantado. Cito, traduzindo, a advertência da última edição da Bíblia de Jerusalém, em 1998: “Sabe-se que, no hebraico primitivo, só as consoantes eram anotadas. As vogais colocadas tardiamente pelos Massoretas no nome divino são as da palavra *Adonay*, pois o nome próprio de Deus era considerado santo demais para ser proferido. A vocalização *Yahvé* é uma reconstrução hipotética de um nome cuja pronúncia real não era mais conhecida. O mesmo se diga da vocalização “*Yéhovah*”, mais próxima de *Adonay*, mas que também não corresponde à forma primitiva. Várias soluções se procuraram, para marcar o caráter impronunciável do nome divino. Algumas traduções substituíram a esse nome a fórmula “o Senhor” (à maneira da Septuaginta, que adotou *Kýrios*, e da Vulgata, que adotou *Dóminus*), ou ainda “o Eterno”. Outros se contentam em suprimir as vogais, restituindo simplesmente o tetragrama YHVH. Nós – continua a advertência da BJ – conservamos aqui a forma corrente *Yahvé*, mas, em situação de leitura pública, e mais ainda num quadro litúrgico, é recomendável dizer “o Senhor”¹. De minha parte, reconheço que não é fácil “voltar atrás”, ainda mais depois de todo um período em que se tem ligado o nome de “Javé”, isto é, “Javê”, especialmente ao Êxodo e à leitura libertadora. Mas não se pode negar que, dessa forma, o nome divino torna-se de certo modo comum, perdendo a sua aura milenar de “o Nome” por excelência.

Entrando em detalhes, adianto que, evidentemente, não pude ler todo o texto da “Nova Pastoral”. Por isso, apenas algumas observações do que até agora me chamou a atenção. Em Gn 2,3 é interessante, mais literal, a tradução “*Haja luz*”, em vez da tradicional “Faça-se”. Em Gn 2,21-22, afinal, deixou-se a equivocada tradução de *tsela* por “costela”, traduzindo-a por “*lado*”, como o entendeu a tradução dos Setenta, o mesmo termo que se encontra em Jo 19,34 e 20,25.27 em relação ao “lado” traspassado do Senhor. Em Gn 4,1 optou-se por não manter o hebraísmo “conhecer”, dito da relação sexual, opção feita igualmente em Lc 1,34.

¹ La Bible de Jérusalem, Nouvelle Édition revue et corrigée, Paris, 1998, Ed. Du Cerf, pp. 13-14.



No SI 45(44), 14-15, não está clara a localização da “filha do rei”: ela se encontra “lá dentro”, e não “*em seu interior*”, e é “trazida ao rei”, e não “*introduzida no interior*”. No texto fundamental de Os 6,6 traduziu-se *zeba* por “sacrifícios”, no plural, o que é bom, mas talvez seja melhor manter o singular, com um adjetivo explicativo: “sacrifício ritual”.

No livro de Juízes, um detalhe me chamou a atenção no capítulo 6º, vv. 25-32: a repetida (por três vezes) explicitação do “poste sagrado *da deusa Aserá*”. Essa explicitação falta por completo na Nova Vulgata, que traduz “*et há’aserá*” simplesmente por “*palum*” (poste), como a Septuaginta simplesmente por “*alsos*” (bosque, poste, ou terreno sagrado) e a BJ, também, só por “poste sagrado”. De onde, então, vem esta “*deusa Aserá*”?²

Em Mt 1, na genealogia do Senhor, faltou o nome de duas das quatro mulheres mencionadas pelo evangelista: no v. 3, deve ser: “Judá, *com Tamar*, foi o pai de...”; e no v. 5, deve ser: “Salmon, *com Raab*, foi o pai de...”. Em Mt 5,6 faltou o artigo determinando a justiça da qual se tem fome e sede: “fome e sede *da* justiça”, não “*de*” justiça, qualquer justiça, mas aquela da qual Mateus fala sete vezes no seu evangelho. Em Mt 5,3 está correta a tradução “pobres *no* Espírito”, embora possa discutir-se a maiúscula. É sugestiva a tradução de Mt 5,39, literalmente “*não resistais ao malvado*”: “Vocês *não se coloquem contra* o malvado”. Em Lc 1,48 foi boa a opção pelo sentido literal de *tapeinôsis*: “Ele olhou para *a humilhação* de sua serva”. Em Lc 11,1-2, e em várias outras passagens, optou-se por traduzir o “*orar*” por “*rezar*”, porque o povo em geral fala mais em “rezar”. Mas talvez convenha manter a distinção entre “orar”, espontaneamente, e “rezar”, no sentido etimológico de “recitar” um texto, p. ex., um salmo, o pai-nosso...

Em Jo 1,12-13 o tradutor optou pela “*lectio difficilior*”, numa opção certamente discutível: 1) no v. 12, “os que acreditam *no nome dela*”, isto é, da Palavra... 2) no v. 13: “*pois ela, a Palavra, não nasceu do sangue...*”. Em Jo 2,4, a tradução “que temos a ver *com isso*” não me parece concordar com o original “*que há entre mim e ti*”, que literalmente seria: “que temos *nós* em comum”... Em Jo 2,5 acho que não ficou bom o “acaso” na palavra de Maria. Fica melhor: “Façam *tudo o que* (o que quer que seja) ele disser a vocês”, não “o que ele *acaso* disser...”

² Sei que estou mexendo em ninho de marimbondos, mas acabo de ler uma convincente explanação do assunto por Edward Lipinski, na “Biblical Archaeology Review”, May-June 2014, pp.8.10-11. Mas não é o caso de comentá-la nesta recensão.



Na 2Ts 2,7 o substantivo “*impiedade*”, na expressão “mistério da...” não me parece corresponder bem ao gr. *anomía*, iniquidade. Aliás, na p. 1450, na Introdução à 2Ts, parece-me redutiva a identificação entre o “mistério da *impiedade*” (sic) e o “sistema escravizador” com o qual conflita a igreja de Tessalônica. Uma última observação quanto à tradução é a do Ap 21,3b: “Serão eles *os seus povos*”, e não “o seu povo”: a variante plural, preferida por Nestle-Aland e pela Nova Vulgata, representa uma visão universalista da fórmula da Aliança: “eles, a humanidade redimida, serão *os seus povos*, e Ele, Deus-com-eles, será o seu Deus”.

Quanto à revisão geral, minha impressão é a de que foi feita com muito cuidado.

Anotei apenas, na p. 74, na Introdução ao livro do Êxodo, no meio da primeira alínea, uma troca de “elas” por “eles”: “liberta da opressão as doze tribos..., abre para *elas* um caminho” (não “para eles”). E na p. 1521, na nota a Ap 17,1-19,10, na 5ª. linha: “foram *seduzidos*”, não “seduzidas”, pois o sujeito da frase é masculino: os “setores”.

Outras pequenas observações: 1) na p. 826, na Introdução ao Cântico dos Cânticos, se fala da sua linguagem “*irreverente*”, e que esse poema trata do amor “com *irreverência* e ousadia”... Não vejo bem em que sentido há “irreverência” no Cântico.

2) Quanto ao nome do autor do Eclesiástico, temos de escolher entre a sua forma hebraica, *Sirá*, ou a forma grega, “*Sirac*”: portanto, ou “Ben Sirá” ou “Filho de Sirac”, e não “Ben Sirac”, que seria uma forma híbrida, como está na p. 838 uma vez, na p. 855 duas vezes, e uma vez na p. 896. Na p. 895, em baixo, está certo: “Jesus, *filho de Sirac*”. 3) Ainda na p. 838 se diz que o livro da Sabedoria fala da *ressurreição do corpo*, o que não confere: fala, sim, da imortalidade do justo, enquanto a ressurreição do corpo aparece explicitamente só no 2º livro dos Macabeus. 4) Na p. 897, achei muito redutores os “dois modos de exercer a profecia”, isto é, a falsa e a verdadeira... e não me parece histórico, ao menos pelo que consta por escrito, que “*muitas mulheres*” denunciaram as injustiças... 5) Na p. 961, e também na p. 1036, muito úteis os quadros esquemáticos dos livros de Jeremias e de Ezequiel, semelhantes aos que se encontram nas introduções da Bíblia da CNBB, elaborados por J. Konings. 6) Na p.1111, se diz que Oseias “*pregou*” no reino do norte... Não penso que ele gostaria de ser qualificado de “pregador”. 7) Na p. 1125 se fala de “oito *estrofes*”, de Amós, contra as nações vizinhas: seria melhor falar de “oito *oráculos*”. 8) Na p. 1144, o subtítulo “A falsa religião” está



incompleto: o texto de Mq 6,6-8 termina falando da “verdadeira” religião. O título deveria ser, portanto: “A falsa e a verdadeira religião”. 9) Na p. 1154, na 2ª coluna da Introdução a Sofonias, em cima, a proposta de “uma sociedade baseada na justiça e na *pobreza*” me parece ambígua, dependendo do que se entende por “pobreza”... Penso que “pobreza”, sem adjetivos, é pobreza mesmo, carência de bens, e não sei como se coadunaria com “justiça”. 10) Nas pp. 1181 e 1182 seria interessante observar que os termos “*sinédrio*” e “*sinagoga*”, apesar de tão judaicos, são termos gregos, reflexo da forte influência helenista até nas instituições de Israel. 11) Na p. 1468, não gostei da ilustração do Cristo Sacerdote com casula gótica... Deve ter sido uma distração do Cláudio Pastro, tão famoso por seus ícones.

Uma observação especial sobre o livro dos Salmos: creio que é a joia desta Nova Bíblia Pastoral. Surpreende agradavelmente a diagramação original, deixando livre o próprio texto de cada salmo, e concentrando o comentário, não no rodapé, mas no início de cada um, à direita. Excelente também a classificação do tipo de salmo, em itálico: “Oração de *espiritualidade sapiencial*” (Sl 1), “Salmo de *espiritualidade régia*” (Sl 2)...

Excelente, ainda, a Introdução, de Carlos Mesters, a quem devemos também os comentários. Quanto à tradução, que não pude conferir, notei, nos salmos 1 e no 8, que poderia ter sido levada em conta a linguagem inclusiva: assim, no início do Sl 1, em vez de “*Feliz o homem*”, poderia dizer-se “*Feliz aquele*”... e no Sl 8,5, em vez de “o que é *o homem* para dele te lembrares”, poderia ser “o que é *ser humano*”...

Ainda uma observação quanto às Introduções. A Introdução ao AT começa direto com a “Formação do Antigo Testamento”. Do mesmo modo, a Introdução ao NT é uma apresentação do “Mundo do Novo Testamento”. Senti, numa Bíblia “Pastoral”, a falta da reflexão teológica sobre a própria Bíblia como livro sagrado, como fonte da revelação, sobre o fato dogmático da Inspiração, o conceito de Inspiração, de “livro inspirado”, da ação do Espírito nesses livros, que revelam tanto de Deus, do seu projeto de vida e amor, mas ao mesmo tempo são tão marcados pela morte, o ódio, a violência, enfim, as limitações humanas... Como entender que a Palavra de Deus se encarna nestas palavras humanas, inspiradas, sem deixar de ser humanas?

Como quer que seja, aí está mais uma excelente contribuição da Paulus à pastoral da Igreja no Brasil. Que esta “Nova Bíblia Pastoral”



possa percorrer o caminho trilhado pela edição anterior, tão benemérita e, como diz o final da Apresentação, “a Palavra continue a ser anunciada, acolhida, celebrada e meditada nas comunidades de fé.”

E-mail do Recensor
ney.brasil@itesc.org.br



PAGOLA, José Antonio. *O caminho aberto por Jesus: João*. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 277.

*Armando Rafael Castro Acquaroli**

O autor espanhol é bastante conhecido por seus escritos de Teologia, Pastoral e Cristologia. Pagola, após cursar teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana (1962), licenciou-se em Sagrada Escritura no Pontifício Instituto Bíblico de Roma (1965), ambas em Roma, e em Ciências Bíblicas na École Biblique de Jerusalém. Foi professor de Cristologia na Faculdade Teológica do Norte da Espanha (Vitoria). Atualmente é diretor do Instituto de Teologia e Pastoral de San Sebastian. Recentemente lançou os comentários dos quatro Evangelhos, dos quais o último, sobre João, é o livro em questão.

O presente texto foi publicado originalmente com o título *El camino abierto por Jesús – Juan* (2012) e, dada sua relevância, traduzido no ano seguinte em língua portuguesa. A tradutora, Lúcia M. E. Orth, fez um excelente trabalho, mantendo o estilo simples da narrativa original e com acurada revisão ortográfica. O título é sem grande originalidade em relação aos demais livros da mesma coleção. Porém, bastante apropriado para tratar do Evangelho como caminho de seguimento de Jesus, não como um livro de estudo ou doutrinas.

Sua linguagem é muito acessível, mesmo ao leitor que não é familiarizado com o vocabulário teológico. A leitura é muito agradável, com períodos curtos e, embora profundos, pouco complexos. A metodologia de análise dos textos joaninos é descrita na Apresentação: “em cada passagem é oferecido o texto evangélico e cinco breves comentários” (p. 9). Faz isso pensando nas comunidades cristãs, sabendo que Jesus pode ser para elas a “melhor notícia” (p. 10)

São 31 capítulos pequenos, equitativamente distribuídos (em média de 8 a 9 páginas cada um). Desta maneira, os comentários das perícopes joaninas são todos objetivos e sem delongas exegéticas. Seu cunho é bastante pastoral. Sempre, ao fim dos capítulos, a hermenêutica vem

* O recensor é aluno do 4º ano de Teologia no Itesc.



acompanhada de uma atualização, com exemplos concretos que ajudam a encarnar a mensagem evangélica. Marcantes são as muitas perguntas que interpelam o leitor ao longo do texto, confrontando-o com a vida. Além disso, outras perguntas retóricas são feitas deixando espaço para outras interpretações. Curiosamente, o livro não possui uma “Conclusão”, o que nos dá a ideia de um processo que continua no quotidiano.

No primeiro capítulo, “*O rosto humano de Deus*” (p. 17-23) o leitor é inserido no mistério da encarnação ao apreciar Jo 1, 1-18. Interessante notar que Pagola traduz o grego “*ton anthropon*” (Jo 1,4) por “*seres humanos*”, que parece ser uma boa escolha em vez de “homens” que poderia ter uma conotação machista. Do mesmo modo “*panta anthropon*” se torna “*todas as pessoas*” (p. 18), igualmente adequado. Quando comenta que “*a palavra se fez carne*” (1,14), afirma que “*Deus não é mudo (...) Jesus é o projeto de Deus feito carne.*” (p. 18) Isso é contraposto ironicamente na página seguinte ao dizer que “*os teólogos falam muito de Deus, quase sempre demais*”.

Vale dizer que tanto no primeiro como em outros capítulos (por exemplo, 2, 6, 9, 11, 14...) existe um subtítulo que é igual ao título capitular. Ainda que sejam sempre apropriados, poderia haver maior criatividade do autor nas escolhas para evitar a repetição. Há também um pequeno erro na frase: “*para encontrar Deus temos de aproximar-nos...*” (p. 19) em que falta uma vírgula.

No segundo capítulo (p. 25-33) sua crítica é ácida à religião que “*seja qual for, não dá vida. É preciso abrir-se ao mistério do Deus vivo*”. (p. 27) Embora compreensível em seu contexto, a frase é negativa demais, pois não reconhece o que a religião pode fazer, como expressão social da fé. Pertinente também é a relação feita do Batista com os movimentos de renovação da Igreja, muitos dos quais surgiram também no deserto. É mister passar da imagem de Jesus que “*só evoca episódios ingênuos e milagres irrealis, representados mil vezes por artistas, mas muito alienados da trama da vida moderna*” (p. 30), para um encontro pessoal com Ele. Aliás, tal interpelação parece ser como um refrão que acompanha todo o livro.

Nesse sentido, é significativa a citação de Mello, no quarto capítulo: “*jamais alguém se embriagou pensando intelectualmente na palavra ‘vinho’*” (p. 36-37). Além disso, há dois erros em “*mas sadia*” (p. 45), que deveria ser “*mais sadia*”; e, na mesma página, após o ponto final, dever-se-ia começar o período “*ouviram falar*”, com letra maiúscula.



“*A indignação de Jesus*” (p. 57-64) diante dos vendilhões do Templo (Jo 2,13-25) denuncia a contradição de seu tempo: “*enquanto no entorno da ‘casa de Deus’ se acumulava a riqueza, nas aldeias crescia a miséria de seus filhos*” (p. 59). O templo de hoje não está isento de um julgamento mais crítico: “*obsequia-se Deus com algum culto para ficar bem com Ele, pagam-se missas ou se fazem promessas para obter dele algum benefício, cumprem-se ritos para tê-lo a nosso favor. O grave é esquecer que Deus é amor; e o amor não se compra*” (p. 61)

O diálogo com a Samaritana (p. 73-83) é paradigmático para nos ensinar o modo como devemos agir com os que estão distantes da fé. “*Algo não vai bem em nossa Igreja, quando as pessoas, perdidas numa crise obscura de fé, perguntam por Deus e nós lhes falamos do controle da natalidade, do divórcio ou dos preservativos.*” (p. 76)

Vale a pena perceber como o conteúdo apresentado pelo nosso autor é carregado de uma sincera admiração, por exemplo, ao dizer “*o que mais atrai em Jesus é sua capacidade de dar vida*” (p. 100). Em seguida afirma que quem participa de tal vida, “*já pertence ao mundo de Deus*”.

Subsequentemente, há um pequeno esquecimento: falta fechar aspas na citação de “*ao mais genuíno, ao mais simples...*” (p. 110). E continua sua crítica às muitas palavras vazias ditas pelos pregadores cristãos: “*acho que muitos que se afastam hoje da Igreja querem saber se, ao menos, para nós, nossas palavras significam alguma coisa*” (p. 117).

Além disso, os gestos de Jesus diante dos oprimidos de seu tempo, também nos questionam sobre nossas ações hoje. Exemplo claro é o da mulher adúltera: “*nós cristãos ainda não fomos capazes de extrair todas as consequências que esta atuação libertadora de Jesus encerra diante da opressão da mulher*” (p. 125).

O modelo do Pastor, tão em voga nas discussões atuais, é outrossim provocante. Enquanto em alguns setores da Igreja insiste-se na necessidade de um Magistério mais rigoroso, como forma de afirmação da autoridade pastoral dos bispos e dos teólogos, “*no Evangelho nos são lembradas as palavras de Jesus que interpelam a todos nós: ‘as ovelhas seguem o pastor porque conhecem a sua voz’*” (p. 142). Portanto, não há necessidade de autoritarismo, apenas de testemunho.

Do encontro com Cristo deve brotar a alegria, conforme nos lembra a recente exortação do papa Francisco, *Evangelii Gaudium*. O



diagnóstico feito por Pagola é duro: *“chegou o momento de decidir-nos entre contentar-nos com uma ‘religião burguesa’ que tranquiliza as consciências, mas afoga nossa alegria, ou aprender a viver a fé cristã como uma aventura apaixonante de seguir a Jesus”* (p. 157). Mesmo sabendo do caráter falacioso do “ou” “ou”, sua afirmação é oportuna.

O episódio da morte de Lázaro (11,1-45) traz à tona a humana dificuldade de deparar-se com a morte. Jesus, porém, *“fez duas coisas: chorar, e confiar em Deus”* (p. 167). Mais adiante, após resgatar o sentido do amor (ágape), conforme o entendiam os primeiros cristãos, desenvolve sua soteriologia: *“o que salva é o amor ao que sofre. A religião não é requerida como algo indispensável”* (p. 185) aqui está a grande revolução da proposta de Jesus. Essa é a chamada “via profana”.

Acostumados como estamos a ouvir sobre a “verdadeira religião”, uma definição bastante verossímil parece ser a dada pelo autor: *“uma Igreja verdadeira é, antes de tudo, uma Igreja que ‘se parece’ com Jesus”* (p. 193). Isso significa que seus membros deveriam agir como Ele agia, amar como Ele amava e viver como ele vivia.

A tradução Jo 11, 26 *“crês isto?”* (p. 164) soa estranho em português, seria melhor “nisto”. Compreendo, porém, que o autor optou por traduzir o grego “touto” literalmente, isto é, sem a preposição. No capítulo 25 (p. 213-220), é mister substituir *“furto”* (p. 213) por “fruto”. Interessante a opção de traduzir em Jo 18, 36 *“hyperetai”* por “ministros” (p. 229). Porém, o autor não apresenta nenhuma justificativa de tal escolha e, duas páginas adiante, usa a expressão tradicional “guardas”.

Encaminhando-se para o fim do livro, à altura do capítulo 28 (p. 237-244), vale destacar a mudança de estilo do texto no tópico *“Jesus tinha razão”* (p. 239-240). Ali Pagola faz um belíssimo diálogo orante com Jesus, usando amigavelmente o “tu”. Mais adiante vêm à tona suas significativas antropologia e eclesiologia, respectivamente: *“Isto é o ser humano: um pouco de barro animado pelo Espírito de Deus. E a Igreja será sempre isto: barro animado pelo Espírito de Jesus”* (p. 248)

Finaliza a obra com o comentário da “pesca milagrosa” (Jo 21,1-19), à qual associa nossa vida de muitas desilusões, de “pescas noturnas” sem sucesso, de “paixões inúteis” (Sartre). É preciso, portanto, tal como os discípulos, *“abrir-nos humildemente ao mistério santo de um Deus que nos espera”* (p. 268)



Diante do supracitado, não se pode negar a contribuição da obra à vida das comunidades que se reúnem em torno da Palavra e da Eucaristia e que, muitas vezes, não têm acesso a uma explicação simples e profunda do Evangelho. Por outro lado, justamente por não ter um caráter rigorosamente científico, mas pastoral, faltam alguns elementos. Sobretudo no que tange às devidas referências dos autores citados ao longo do texto, pois não existe bibliografia nem no corpo do texto, nem ao final. O mesmo ocorre com relação aos textos bíblicos, cuja maioria não é citada, certamente por opção.

E-mail do Recensor:

armandoacquareoli@hotmail.com